

Pedro Miguel Claro Silva Duarte



**Empresas Militares Privadas e o grupo *Wagner*: Noções Fundamentais,
Uso Global e o Caso da República Centro-Africana**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2023

Pedro Miguel Claro Silva Duarte



**Empresas Militares Privadas e o grupo *Wagner*: Noções Fundamentais,
Uso Global e o Caso da República Centro-Africana**

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2023

Pedro Miguel Claro Silva Duarte

**Empresas Militares Privadas e o grupo *Wagner*: Noções Fundamentais,
Uso Global e o Caso da República Centro-Africana**

Assinatura: _____

(Pedro Miguel Claro Silva Duarte)

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais: Empresas Militares Privadas e o grupo Wagner: Noções Fundamentais, Uso Global e o Caso da República Centro-Africana, realizada sob a orientação da Professora Doutora Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2023

Agradecimentos

Desejo exprimir os meus agradecimentos a todos aqueles que, de alguma forma, permitiram que este projeto se concretizasse.

Em primeiro lugar quero agradecer à minha mãe, Filomena Claro, pelo apoio incondicional e pelos valores que sempre me transmitiu, entre os quais a força para nunca desistir de lutar.

Um enorme agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Maria Novais Toriz da Silva Ramos, pelo incansável apoio, orientação, sabedoria, experiência e disponibilidade manifestadas.

Agradeço, de igual forma, ao Professor Doutor Rui Garrido, meu orientador enquanto realizei o estágio no Instituto da Defesa Nacional, por todo o auxílio neste projeto.

Por fim, quero agradecer a quatro grandes amigos meus, Pedro Cunha, Miguel Duarte, Miguel Tavares e Simão Pinto pela motivação que me dão constantemente e por estarem sempre disponíveis para ajudar quando preciso.

Resumo

As Empresas Militares Privadas são um fenómeno que tem vindo a ganhar cada vez mais dimensão nas últimas décadas. Estas empresas são utilizadas pelos Estados, de forma a estes ficarem isentos de responsabilidades, em cenários de conflito, devido à falta de enquadramento legislativo concreto para essas forças. O grupo *Wagner*, uma das EMP mais famosas da atualidade, é uma “ferramenta” de política externa utilizada pela Rússia de forma a concretizar ambições geopolíticas e económicas, principalmente no continente africano, obtendo assim resultados positivos, nomeadamente na República Centro-Africana (RCA).

Pretende-se com este trabalho abordar a atual realidade das Empresas Militares Privadas, em especial a do grupo *Wagner* e a sua atuação na República Centro-Africana. Interessa compreender os principais conceitos e diferenças entre estas empresas privadas que fornecem serviços na área militar e de segurança e o alcance das suas funções, desde apoio logístico até ao envolvimento direto em conflitos armados. Pretende-se, também, explanar as diversas problemáticas ligadas com o crescente recurso às EMP, mais concretamente, os problemas jurídicos no ramo do Direito Internacional Humanitário. Ainda no âmbito deste trabalho, serão analisados o grupo *Wagner* e a forma como esta empresa controlada pelo oligarca russo Yevgeny Prigozhin atua de acordo com as ambições do Kremlin, explorando os recursos de países africanos, nomeadamente da RCA, e aí colocando em causa os direitos humanos.

Palavras-chave: Empresas Militares Privadas; Grupo Wagner; República Centro-Africana; Rússia

Abstract

Private Military Companies are a phenomenon that has been gaining more and more dimension in recent decades. These companies are used by States in such a way that they are exempt from liability in conflict scenarios due to the lack of a concrete legislative framework for these forces. The *Wagner* group, one of the most famous EMPs of today, is a foreign policy "tool" used by Russia in order to achieve geopolitical and economic ambitions, especially on the African continent, thus obtaining positive results, namely in the Central African Republic (CAR).

This work aims to address the current reality of Private Military Companies, especially the *Wagner* group and its operations in the Central African Republic. It is interesting to understand the main concepts and differences between these private companies that provide services in the military and security area and the scope of their functions, from logistical support to direct involvement in armed conflicts. It is also intended to explain the various problems related to the increasing use of PMCs, more specifically, the legal problems in the field of international humanitarian law. Also, in the scope of this work, the *Wagner group* and how this company controlled by the Russian oligarch Yevgeny Prigozhin acts in accordance with the Kremlin's ambitions, exploiting the resources of African countries, namely the CAR, and there questioning human rights, will be analyzed.

Key-words: Private Military Companies; Wagner Group; Central African Republic; Russia

Índice

| | |
|---|-----------|
| Agradecimentos | v |
| Resumo | vi |
| Abstract | vii |
| Índice | viii |
| Índice de siglas e abreviaturas | ix |
| Introdução..... | 1 |
| 1. Empresas Militares Privadas | 3 |
| 1.1 Conceitos operatórios e definição conceptual de Empresas Militares Privadas..... | 3 |
| 1.2 O crescente recurso às Empresas Militares Privadas a nível global..... | 5 |
| 1.2.1 Algumas problemáticas específicas com o recurso a EMP | 5 |
| 1.2.2 Mapeamento de alguns problemas jurídicos decorrentes do recurso às EMP | 6 |
| 2. Grupo Wagner..... | 10 |
| 2.1 O que é o Grupo Wagner?..... | 10 |
| 2.2 Ligação ao Kremlin: interesses e objetivos | 11 |
| 2.3 Grupo Wagner em África..... | 13 |
| 3. Grupo Wagner na República Centro-Africana | 18 |
| 3.1 Visão Geral | 18 |
| 3.2 Prigozhin e o Kremlin - exploração dos recursos naturais e campanhas de desinformação..... | 20 |
| 3.3 Grupo Wagner e violações dos direitos humanos na RCA..... | 22 |
| Conclusão | 24 |
| Referências..... | 26 |
| Anexos | 36 |
| Anexo I | 37 |
| Anexo II..... | 38 |

Índice de siglas e abreviaturas

ACLED – *Armed Conflict Location and Event Data Project*

AFRIC – Associação para a Pesquisa Livre e Cooperação

CICV – Comité Internacional da Cruz Vermelha

CPC – Coligação de Patriotas para a Mudança

DIH – Direito Internacional Humanitário

EMP – Empresas Militares Privadas

EMSP – Empresas Militares e de Segurança Privadas

EO – *Executive Outcomes*

ESP – Empresas de Segurança Privadas

EUA – Estados Unidos da América

FACA – Forças Armadas Centro-Africanas

FMP – Firmas Militares Privadas

FSB - Serviço Federal de Segurança

FZNC – Fundação para a Proteção de Valores Nacionais

GRU – Departamento Central de Inteligência

IRA – *Internet Research Agency*

MINUSCA – Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização
da República Centro-Africana

MPRI – *Military Professional Resources Inc.*

ONU – Organização das Nações Unidas

RCA – República Centro Africana

RDC – República Democrática do Congo

SVR - Serviço de Inteligência Estrangeira

UE – União Europeia

Introdução

O setor dos serviços de segurança e defesa tem experienciado um crescimento exponencial desde o fim da guerra fria. As Empresas Militares Privadas (EMP) emergiram como atores significativos nos conflitos contemporâneos, desempenhando diversos papéis fundamentais em operações militares e de segurança. Enquanto entidades não estatais com uma natureza comercial que pretende obter lucro através dos seus serviços (Pilbeam, 2015), as EMP seguem conceitos operatórios distintos que as diferenciam das forças armadas tradicionais e de outros intervenientes não estatais. As suas funções têm um enorme alcance, dentro das áreas de defesa e segurança, mais concretamente na arena militar (Tzifakis, 2012), fornecendo os seus serviços a diversos clientes, quer estatais quer privados. O uso crescente das EMP reformulou, globalmente, o cenário de conflitos modernos e deu origem a importantes debates e preocupações.

Um dos principais problemas associados ao uso destas empresas é a questão de perceber se o recurso a estas é legal, como é efetuada a supervisão e a prestação de contas, em especial por parte dos Estados (McFate, 2014). Além disso, a utilização das EMP levanta desafios jurídicos, particularmente em relação ao Direito Internacional Humanitário. O envolvimento destas entidades privadas em conflitos armados tem implicações significativas para o cumprimento das normas legais e para a proteção de civis em zonas de conflito. Outra questão que se levanta relativa ao DIH, é a própria designação dos *contractors* das EMP (Pereira, 2014). O mapeamento dos problemas jurídicos com o uso de EMP, particularmente em relação ao Direito Internacional Humanitário, é essencial para identificar lacunas nos quadros jurídicos existentes e desenvolver estratégias para enfrentar esses desafios.

O grupo *Wagner*, uma EMP russa criada em 2014, controlada pelo oligarca russo Yevgeny Prigozhin, ganhou atenção internacional pelo seu envolvimento em diversos conflitos em todo o mundo. O grupo fornece apoio militar e outros serviços a clientes alinhados com os objetivos da política externa russa (CSIS, 2020). A ligação entre o grupo *Wagner* e o Kremlin é um aspeto fundamental para compreender as suas atividades e motivações. O seu envolvimento em África reflete as ambições do Estado russo em expandir a sua influência e cumprir com objetivos geopolíticos, económicos e diplomáticos. Um dos países africanos, onde a *Wagner* tem uma presença significativa é a República Centro-Africana, que constitui uma componente central desta investigação.

A *Wagner*, juntamente com diversas empresas ligadas a Prigozhin e a exploração dos recursos naturais por parte destes atores, para fins económicos, mas não de forma a desenvolver o país, vão ser alvo de análise neste estudo. Importa salientar que os *contractors* da *Wagner* são responsáveis por diversas violações dos direitos humanos, durante as suas operações no terreno, levantando preocupações de diversas organizações humanitárias e da própria ONU (OHCHR, 2021a). Contudo, o grupo *Wagner* conseguiu ganhar popularidade junto das populações locais, devido às suas campanhas de desinformação e propaganda e com o apoio ao governo da RCA no conflito contra grupos rebeldes.

Pretende-se fornecer uma análise específica das Empresas Militares Privadas, com foco no grupo *Wagner* e nas suas atividades na República Centro-Africana. Ao examinar os conceitos, o uso global, os desafios legais e o caso específico do grupo *Wagner*, esta pesquisa procura contribuir para uma compreensão mais profunda das implicações das EMP na dinâmica dos conflitos contemporâneos. O trabalho está dividido em três capítulos.

A primeira secção debruça-se sobre os conceitos operatórios e a definição conceptual das EMP, destacando as suas mais variadas características. Pretende-se, também, investigar o uso crescente de EMP, com o enfoque nos desafios associados à sua utilização, em especial, aos problemas relativos ao Direito Internacional Humanitário. A segunda secção fornece uma visão geral do grupo *Wagner*, explorando as suas origens, estrutura organizacional e capacidades operacionais. É, ainda, analisada a ligação do grupo com o Kremlin, elencando as suas atividades em África, enquanto instrumento de política externa russo. A terceira secção centra-se num caso de estudo que se prende com o envolvimento da *Wagner* na República Centro-Africana. Apresenta-se uma visão da situação na RCA e examinam-se as atividades específicas do grupo *Wagner* no país. O estudo analisa o apoio militar do grupo às forças governo da RCA e estuda o papel de Yevgeny Prigozhin, chefe do grupo *Wagner*, e os seus negócios relacionados com a exploração dos recursos naturais e entidades ligadas à propagação de desinformação na RCA. Por fim, o estudo aborda as violações dos direitos humanos, alegadamente cometidas pelo grupo *Wagner* na RCA.

1. Empresas Militares Privadas

1.1 Conceitos operatórios e definição conceptual de Empresas Militares Privadas

Nos últimos anos, tem-se testemunhado um crescimento significativo de estudos científicos sobre o fenómeno da privatização da segurança e defesa. Contudo, continua a subsistir uma dificuldade no que concerne à definição e terminologia das entidades associadas a esta área (Pilbeam, 2015). Verifica-se uma grande variedade de designações para descrever estas empresas, segundo diversos autores, o que contribui para a sua indefinição conceptual. Dentre estas múltiplas denominações, encontram-se as seguintes: Firmas Militares Privadas (FMP); Corporações Militares Privadas; Empresas de Segurança Privadas (CICV); Empresas Militares Privadas (EMP); Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP); entre outros (McFate, 2014). A volatilidade, diversidade de tarefas e movimentações na arena comercial destas entidades privadas leva os analistas a argumentarem sobre a inutilidade da sua classificação (Tzifakis, 2012). A terminologia mais comumente usada é Empresas Militares e de Segurança Privadas (EMSP) devido a ser a mais abrangente, englobando funções de ESP e EMP, de acordo com o *Documento de Montreux* sobre Empresas Militares e de Segurança Privadas, um código de conduta para essas organizações elaborado em 2008 pelo governo suíço e o Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV):

entidades empresariais privadas que prestam serviços militares e/ou de segurança, independentemente de como eles se descrevem. Os serviços militares e de segurança incluem, em particular, guarda armada e proteção de pessoas e objetos, como comboios, edifícios e outros lugares; manutenção e operação de sistemas de armas; detenção de prisioneiros; e assessoria ou treinamento de forças locais e pessoal de segurança (Comité da Cruz Vermelha, 2008, p. 9)

No entanto, no presente trabalho focar-me-ei apenas nas Empresas Militares Privadas e abordarei as suas especificidades.

É importante, primeiro, perceber que estas empresas fazem parte do mercado livre, são um negócio como outro qualquer, apresentando características semelhantes a outros empreendimentos, desde uma estrutura empresarial até à possibilidade de ser controlada por acionistas, tendo como principal fim obter lucro (Pilbeam, 2015). Contudo têm certas especificidades importantes, desde logo o seu modelo de negócio assenta, entre outros, na participação direta em conflitos armados, algo que normalmente é da competência do Estado. Portanto, os Estados estão a erodir alguns poderes inerentes à sua soberania

quando contratam estas empresas privadas. São, assim, entidades corporativas que fornecem serviços na área militar, quer a Estados, organizações internacionais, organizações não-governamentais, agentes privados e muitas vezes a entidades *non grata* com propósitos ilícitos como terrorismo, tráfico de drogas, entre outras, através do recurso destas empresas (Pereira, 2014, p. 263). Estas entidades privadas atuam por todo o globo, tendo uma maior presença no continente africano (por exemplo, *Executive Outcomes* (EO) em Angola; grupo *Wagner* na República Centro Africana) e na região do Médio Oriente (por exemplo, *Brown & Root* no Afeganistão, *BlackWater/Academi* no Iraque) devido à instabilidade decorrente de conflitos nestas zonas, sendo os EUA o ator que representa a maior participação neste mercado em 2022, com um valor de 224 mil milhões de dólares. A indústria global continua a expandir e espera-se que cresça para 457 mil milhões de dólares (Transparency International, 2022)

As funções oferecidas pelas EMP são amplas e incluem tarefas na área do combate (uso de força letal), treino, planeamento estratégico, inteligência, apoio operacional, segurança, avaliação de risco, fornecimento de transporte e proteção de alvos estratégicos, interrogação a prisioneiros, entre outros trabalhos (Tzifakis, 2012; Pałka, 2020; Pereira, 2014). Estes serviços podem ser organizados em certas tipologias de acordo com diferentes analistas, não havendo também um consenso total. Uma das tipologias mais aceites e usadas é a de Peter Singer (2003), abordagem referida com a analogia da “lança” que classifica as EMP de acordo com o seu grau de letalidade e proximidade da linha da frente no conflito, juntamente com a uma perspetiva de terceirização dos serviços. Nesta perspetiva o autor refere três tipos de empresas: “Military Provider Firms” que se focam nas operações de combate e apoio na linha da frente (por exemplo, EO); “Military Consulting Firms” não atuam no campo de batalha, mas oferecem especialidades de natureza estratégica, tática e operacional (por exemplo, MPRI); “Military Support Firms” responsáveis pelo apoio logístico, técnico e transporte (por exemplo, Kellogg, Brown and Root) (Garcia *cit in* Singer 2003). Outra perspetiva também conhecida é a de Deborah Avant, que de acordo com Ortiz (*cit in* Avant, 2005), esta análise usa contratos ao invés de separar em serviços ou firmas. Faz uma separação em contratos, na lógica de um apoio externo (militar) e apoio interno (policial). O apoio externo diz respeito a empresas que fornecem suporte armado no combate, apoio operacional não letal, treino militar e apoio logístico. O apoio interno refere-se à segurança armada e desarmada de locais, formação policial e prevenção de criminalidade.

1.2 O crescente recurso às Empresas Militares Privadas a nível global

1.2.1 Algumas problemáticas específicas com o recurso a EMP

Tem-se verificado, nas últimas décadas, um aumento no recurso às Empresas Militares Privadas em todo o mundo. Este facto tem várias justificações que concorrem para a explicação do aumento do seu uso. O fator principal que despoletou este crescimento foi o fim da guerra fria e afirmação do modelo liberal que provocou uma série de mudanças económicas e políticas. Algumas das razões prendem-se com a disponibilidade de armamento e o excesso da oferta de pessoal militar qualificado sem emprego, que juntamente com o facto de em vários Estados o serviço militar se ter convertido num serviço voluntário, isto tenha afetado mercado (Pereira, 2014); os processos da globalização e a evolução tecnológica fizeram com que as entidades estatais locais enfraquecessem, não tendo capacidades a nível técnico, recursos e de formação de pessoal tornando-se dependentes de agentes privados exteriores ao nível do acesso e compra de equipamentos militares, provocando assim uma expansão destas empresas (Pereira, 2014; Pałka, 2020); a transformação da ordem mundial após a guerra fria, transitando de um sistema caracterizado pelo bipolarismo entre duas potências hegemónicas para uma arena internacional multilateral constituída por uma série de novos desafios como terrorismo internacional, proliferação de Estados frágeis, guerras civis, entre outros. Assim, juntamente com a grande quantidade de mão de obra qualificada e de equipamento militar disponível, tal permitiu às EMP terem uma presença importante e imprescindível (Pałka, 2020).

Apesar das EMPs poderem dar resposta a várias necessidades do sistema internacional, a nível de conflitos, este “boom” que se sucedeu no final da guerra fria provocou várias problemáticas associadas ao seu recurso. O envolvimento em conflitos externos por lucro, pode incentivar estes agentes privados a prolongarem a guerra para ganhos financeiros (McFate, 2014). Isso é devido à incapacidade da comunidade internacional de responder a todas as questões de segurança dos Estados frágeis, que se encontram há décadas num ambiente de instabilidade com altas taxas de criminalização e com uma população sem condições de vida. Posto isto, as EMP conseguem beneficiar com estas situações exercendo as suas atividades nestes locais voláteis com fins de obter lucro (Pałka, 2020). A falta de monitorização e controlo destas empresas privadas faz com que possam agir com relativa impunidade. Para além disso, os próprios governantes do Estado usam esse vácuo de vigilância a seu favor, escapando das responsabilidades acarretadas com o

recurso a estas empresas. O autor McFate (2014) menciona o termo “negação plausível” neste caso, uma vez que os governantes recorrem a estas empresas quando uma política é “demasiado arriscada”. Ou seja, a sensibilidade política de determinado assunto pode determinar o recurso a estas empresas, tendo em vista camuflar o envolvimento do Estado. Desta forma, a negação plausível permite ao governo usar EMP para operações secretas de alto risco e possíveis operações ilegais; permite esconder segredos dentro do próprio Estado, contornando a supervisão do Congresso; e permite a Estados democráticos contornarem os seus mecanismos no que diz respeito à declaração de guerra, como nos casos do Iraque e Afeganistão.

A guerra do Iraque (2003-2011) (Britannica, 2019) foi um momento decisivo para a indústria militar privada devido ao mau planeamento a longo prazo, por parte das estruturas militares e da liderança civil do Presidente Bush e outros. A operação militar que resultou na invasão do Iraque foi estrategicamente mal desenhada, tendo sido mobilizadas forças insuficientes. Este planeamento insuficiente foi o mote para o recurso de *private military contractors*, que se mostrou uma resposta atraente que oferecia tropas adicionais, sem custos políticos (Singer, 2003). Como resultado, houve uma tomada de consciência por parte da comunidade internacional sobre os problemas relacionados à privatização dos conflitos armados. Isto devido à quantidade de diferentes empresas (estima-se mais de vinte) e de *contractors* (mais de cem mil) que se encontravam no Iraque (Pereira, 2014). Durante esta ocupação, desenrolaram-se vários episódios ligados a diferentes EMP que minaram a sua imagem como um provedor confiável de segurança. Um dos mais notórios, foi o ataque desenvolvido por quatro *contractors* da empresa *Blackwater* a 16 de setembro de 2003 na praça de Nisur, Bagdad no qual mataram dezassete civis e feriram outros vinte, enquanto escoltavam um comboio da embaixada dos EUA. Este caso foi tão chocante e polémico que o Primeiro-Ministro iraquiano notificou a expulsão da *Blackwater* do país (Pereira, 2014, p. 269). Mais tarde, com o perdão do Presidente Trump aos quatro *contractors*, especialistas da ONU afirmaram que este caso “violou as obrigações dos EUA sob o direito internacional” (Reuters, 2020).

1.2.2 Mapeamento de alguns problemas jurídicos decorrentes do recurso às EMP

As Empresas Militares Privadas são conhecidas por operarem numa arena jurídica indeterminada, que carece de regulamentação e onde as suas atividades de negócio são frequentemente executadas na “área cinzenta do direito” (Carmola, 2010).

Alguns exemplos notórios da falta de regulamentação das EMP são os diversos episódios da *Blackwater* no Iraque; a administração de uma rede de tráfico de pessoa para a exploração sexual na Bósnia; os diversos incidentes de “fogo amigo” com outros *contractors* e membros das Forças Armadas; as diversas atrocidades cometidas contra os direitos humanos em África, pelo grupo *Wagner*, entre outros (Carmola, 2010; OHCHR, 2021b). Se houvesse uma correta monitorização e regulação destes casos, todos eles seriam considerados crimes à luz do direito internacional ou do direito interno, com consequente responsabilidade internacional do Estado que contrata estes serviços

Desta forma, levantam-se vários problemas e questões jurídicas que envolvem estas entidades privadas, em especial no que toca ao Direito Internacional Humanitário (conjunto de regras e normas que procura, por motivos humanitários, delimitar os efeitos dos conflitos armados). Para além da problemática da legalidade do recurso a estas empresas, acresce a questão da determinação do direito a que as EMP estão sujeitas, sendo um tópico polémico em que alguns mencionam a existência de um “vácuo jurídico” devido à dificuldade na aplicabilidade do direito humanitário internacional, bem como do direito internacional dos direitos do homem (Pereira, 2014). Apesar de se prestar muita atenção ao “vácuo jurídico” há, na verdade, diversas camadas de direito internacional e interno que poderiam aplicar-se a estes atores (Carmola, 2010, p. 100). Dessa forma, é necessário ter consciência que este ambiente obscuro foi criado de propósito, possibilitando aos Estados a contratação destas empresas, para escapar das suas obrigações jurídicas definidas pelo direito humanitário em relação aos combatentes (Pereira, 2014). Como estas empresas operam num ambiente de opacidade e falta de transparência e de responsabilização, desconhecendo-se muitas vezes os termos dos seus contratos, tem atuação ao arrepio da lei gera uma grande preocupação na comunidade internacional, principalmente pois estes agentes privados atuam em missões e funções intrinsecamente militares compostas por uma série de regras e leis.

Na sequência deste problema, em 2006 foi lançada uma iniciativa pelo governo suíço e pelo CICV, “acerca das obrigações jurídicas pertinentes e das boas práticas para os Estados no que se refere às operações de empresas militares e de segurança privadas a operar no decurso de conflitos armados” (Pereira, 2014, p. 272). O documento produzido a partir desta iniciativa é conhecido como *Documento de Montreux*, que data de 17 de setembro de 2008, assinado por 17 Estados. Este documento assume “que certas regras bem estabelecidas do direito internacional se aplicam aos Estados nas suas relações com

empresas militares e de segurança privadas (EMSP) e às suas operações no decurso de conflitos armados, em particular as do direito internacional humanitário e dos direitos do homem”. Também, em julho de 2005, em conformidade com a Resolução 2005/2 da Comissão dos Direitos Humanos, foi criado o Grupo de Trabalho, no seio da Organização das Nações Unidas, que se debruçou sobre a utilização de mercenários e o seu impacto possível na violação de direitos humanos. O Grupo de Trabalho apresentou ao Conselho para os Direitos Humanos, em 2010, um Relatório que contém um Projeto de Convenção sobre as Sociedades Militares e de Segurança Privadas (Pereira, 2014).

Outra questão pertinente que se levanta é sobre a responsabilidade internacional dos Estados perante as ações ilícitas perpetradas por Empresas Militares Privadas ao seu serviço. É importante fazermos uma distinção entre as responsabilidades dos Estados que contrataram as empresas e as dos Estados em cujo território as empresas militares são constituídas ou realizam operações (CICV, 2013). Os Estados que contratam estes agentes privados têm de respeitar, em especial, as obrigações do direito internacional humanitário. No caso de os funcionários dessas empresas cometerem violações do DIH, o Estado que tenha contratado esta entidade será responsável por essas violações, em virtude do Direito Internacional, principalmente se a empresa agir conforme o controlo e as instruções das entidades estatais (CICV, 2013). Acarreta, assim, estas responsabilidades, pois o Estado contratou de forma consciente estes agentes privados para atuarem no seu território, delegando competências específicas do próprio Estado. Os Estados em cujo território são constituídas empresas militares ou realizam operações, também têm responsabilidade de respeitar o DIH e de fazer com que as empresas o respeitem também. Estes Estados encontram-se em uma posição favorável para influenciar comportamento destas por meio da legislação nacional. Esta questão está presente no Relatório criado pelo Grupo de Trabalho que afirma:

1. Cada Estado Parte é responsável pelas atividades militares e de segurança das PMSC registadas ou a operar na sua jurisdição, quer essas entidades sejam ou não contratadas pelo Estado.
2. Cada Estado Parte deve assegurar que as PMSC que contratou sejam treinadas e respeitem os direitos humanos internacionais e o Direito Internacional Humanitário.
3. Nenhum Estado Parte pode delegar ou terceirizar funções intrinsecamente estatais às PMSC.
- 4 Cada Estado Parte tomará as medidas legislativas e outras necessárias para estabelecer:
 - a) procedimentos para contratação de PMSC, outras pessoas jurídicas e físicas, e subcontratação;
 - b) procedimentos de licenciamento para a exportação de pessoal e serviços militares e de segurança;
 - c) procedimentos de licenciamento para a importação de pessoal e serviços militares e de segurança;

d) alfândega eficaz e outras formas de controlo sobre a exportação/importação e reexportação/reimportação de armas de fogo utilizadas pelas PMSC.

5. Cada Estado Parte, em conformidade com a sua legislação interna, tomará as medidas legislativas e outras necessárias para introduzir a proibição total ou parcial da delegação ou externalização de serviços militares ou de segurança. (UN, Human Rights Council WG10, 2011, p. 6-7).

Por fim, outra questão jurídica importante sobre as EMP é o estatuto dos seus agentes envolvidos em conflitos armados, que é determinado pelo direito internacional humanitário. Vários autores usam o termo “mercenário” para classificar os *contractors* privados, mas o facto é que estas empresas não correspondem a essa classificação pois de acordo com o artigo 47º do Protocolo Adicional I às Convenções de Genebra:

1 - Um mercenário não tem direito ao estatuto de combatente ou de prisioneiro de guerra.

2 - O termo «mercenário» designa todo aquele que:

a) Seja especialmente recrutado no país ou no estrangeiro para combater num conflito armado;

b) De facto participe diretamente nas hostilidades;

c) Tome parte nas hostilidades essencialmente com o objetivo de obter uma vantagem pessoal e a quem foi efetivamente prometido, por uma Parte no conflito ou em seu nome, uma remuneração material claramente superior à que foi prometida ou paga aos combatentes com um posto e função análogos nas forças armadas dessa Parte;

d) Não é nacional de uma Parte no conflito, nem residente do território controlado por uma Parte no conflito;

e) Não é membro das forças armadas de uma Parte no conflito; e

f) Não foi enviado por um Estado que não é Parte no conflito, em missão oficial, na qualidade de membro das forças armadas desse Estado.

Estes funcionários também não podem ser considerados combatentes devido a não existir uma clara cadeia de comando entre o Estado e a EMP, não fazem parte das Forças Armadas de um Estado, pois o seu vínculo é meramente contratual. Não há um vínculo direto entre aquele que participa nos combates por conta do Estado e o próprio Estado (Pereira, 2014, p. 281). Assim, podemos afirmar que os membros destas empresas são civis. Normalmente, sendo os funcionários membros da população civil estão protegidos pelo direito internacional humanitário, mas neste caso, como estes agentes privados estão relacionados diretamente com a participação do conflito armado perdem esta proteção durante o período que durar essa participação. Podem também, ser capturados como prisioneiros de guerra e ser julgados, pois participaram no conflito, mesmo se não tiverem violado o DIH. Durante estes atos, são obrigados a respeitar o DIH, independentemente de serem contratados pelos Estados, por organizações internacionais ou por empresas privadas.

2. Grupo Wagner

2.1 O que é o Grupo Wagner?

O grupo *Wagner* é uma empresa militar privada russa com origens numa empresa de segurança privada denominada por *Antiterror-Orel* (Marten, 2019). Esta empresa foi registada em 2003 como um local de treino e educação fundado por veteranos e forças especiais russas, realizando contratações com empresas russas que operavam no Iraque para lhes fornecer serviços de segurança (Marten *cit in* Bukkvoll e Østensen, 2018, p. 22). Esta empresa possuía vários destacamentos que trabalhavam no Iraque, nomeadamente a *Tiger Top Rent Security* que terá sido o ponto de partida de várias EMP russas. Uma entidade intitulada de *Moran Security Group*, foi uma das predominantes. Estando no ativo desde os anos 90, concentrava-se em fornecer serviços antipirataria, proteção a instalações portuárias e inteligência para os petroleiros russos (Bukkvoll e Østensen, 2018). A empresa Moran realizou diversas missões em diferentes países como o Iraque, Síria, Afeganistão, República Centro Africana, Nigéria, entre outros (Bukkvoll e Østensen, 2018). Em 2013, dois anos antes de o Estado Russo entrar oficialmente no conflito sírio, o governo sírio pediu ajuda ao *Moran Security Group* para retomar uma infraestrutura de petróleo e gás que tinha sido tomada pelo Estado Islâmico (Bukkvoll e Østensen *cit in* Murtazin, 2017). Como as atividades ligadas a EMP e a mercenarismo são ilegais na Rússia, o grupo Moran estabeleceu uma sucursal em Hong Kong, *chamada Slavonic Corps*, para realizar essas missões na Síria (Bukkvoll e Østensen *cit in* Dergachev e Zgirovskaia, 2016). A *Slavonic Corps* acabou por falhar devido a vários problemas de coordenação e logística ligados ao próprio governo sírio (CSIS, 2020), levando à dissolução da entidade em 2014 e ao aprisionamento e condenação dos dois líderes, por violação das leis mercenárias russas (Bukkvoll e Østensen, 2018). Como resultado deste fracasso, uma parte do grupo *Slavonic Corps* transformou-se no que hoje conhecemos como grupo *Wagner*. No mesmo ano, a *Wagner* é liderada pelo tenente-coronel Dmitrii Utkin, que tinha servido nas forças especiais do Departamento Central de Inteligência (GRU), trabalhado anteriormente com a *Moran Security* e também nos *Slavonic Corps* na Síria. O nome *Wagner* tem origem no compositor Richard Wagner que Hitler admirava (Deutsche Welle, 2023), sendo o próprio Dmitrii um seguidor da ideologia do Terceiro Reich e que anteriormente usava *Wagner* como o seu *nom de guerre* (*cit in* Korotkov, 2016). A *Wagner* é conhecida principalmente devido ao seu envolvimento na Crimeia em 2014, durante as operações militares russas que resultaram na anexão da península (Bukkvoll e Østensen, 2018). É, também, conhecida por

atividades desempenhadas em Lugansk e Donetsk em 2015, apoiando os interesses de Moscovo; na Síria, no mesmo ano, onde realizaram uma série de missões que visaram, novamente, apoiar o exército russo (Marten, 2018); e na invasão da Ucrânia, episódio mais recente, ajudando as Forças Armadas convencionais de Moscovo. O atual chefe da *Wagner* é o oligarca Yevgeny Prigozhin e a sua conexão com a *Wagner* data de 2014, sendo um dos principais financiadores do grupo. Prigozhin era conhecido como “chef de Putin” devido ao facto de a sua empresa Concord ter sido contratada para fornecer comida ao Kremlin e mais tarde ter ganho contratos de restauração em escolas estatais e militares (BBC, 2023a). De acordo com várias fontes (Fontanka, 2017a; URA.ru, 2018) a maioria dos membros que constituem a *Wagner* são cidadãos russos, de idades entre os vinte e os cinquenta anos, alguns com experiência militar e outros membros menos experientes. A principal motivação dos *contractors* para se juntar à empresa privada são os altos salários, sendo estes mais elevados do que os salários médios russos (Fontanka, 2017b; MEE, 2022), embora também vários membros demonstrem um patriotismo e um nacionalismo russo como justificação da sua decisão em se alistarem no grupo (Fontanka, 2017c; RFERL, 2018).

Com os episódios atuais na Guerra da Ucrânia, Prigozhin e o grupo *Wagner* já não são tão bem vistos por Moscovo, estando numa constante tensão com o Kremlin e com o seu Ministério da Defesa. A *Wagner* é considerada uma organização terrorista pela Ucrânia, Estónia, Lituânia e França, havendo também debates na União Europeia e Estados Unidos para classificar o grupo como tal (VOA News, 2023; Kyiv Post, 2023; Politico, 2023a; Al Arabiya, 2023; LRT, 2023).

2.2 Ligação ao Kremlin: interesses e objetivos

Nos últimos anos, a Rússia tem utilizado cada vez mais Empresas Militares Privadas, nomeadamente a *Wagner*, como ferramenta de política externa. As EMP são bastante apelativas para Moscovo devido à sua negação plausível, falta de responsabilidade do Estado sobre as atividades destas empresas e aos baixos custos e perceção social relativos ao uso do setor privado em vez de forças convencionais (Doxsee, 2022). Embora as EMP sejam ilegais, de acordo com o Artigo 359 do Código Penal russo (The Criminal Code of the Russian Federation, 1996), estas empresas, como a *Wagner*, não são entidades legalmente registadas no Estado, não são reconhecidas como entidades russas, e assim

conseguem escapar a este obstáculo legal (Doxsee, 2022). Na sequência, a relação entre as EMP e a Rússia é caracterizada por uma opacidade e um reconhecimento parcial, havendo uma dicotomia legal neste sistema (Bukkvoll e Østensen 2018). Nesta questão da legalidade das EMP, outro episódio que causa confusão é que, em 2022 a *Wagner* registrou-se como uma empresa na Rússia, abrindo a sua sede em São Petersburgo (BBC, 2023b), algo contraditório e ilegal perante o código penal e a constituição russos.

Podemos afirmar que a *Wagner* como outras EMP russas, não é uma típica empresa militar privada, mas sim, um tipo de organização “semi-estatal” (Marten, 2018) ou até uma “empresas de procuração” russa, devido à sua ligação com o Kremlin e com o Ministério de Defesa (em especial a Departamento Central de Inteligência (GRU), o Serviço Federal de Segurança (FSB) e o Serviço de Inteligência Estrangeira (SVR)). Esta relação Moscovo-*Wagner* é observada desde cedo, logo na principal base do grupo *Wagner*, localizada na cidade de Molkino, compartilhando as instalações da GRU, levando a supor que existe algum tipo de relação entre as duas entidades (CSIS, 2020). Outra prova desta relação é a dependência que a *Wagner* tem da infraestrutura militar russa, desde os aviões de transporte até aos cuidados médicos em hospitais militares, sendo financiada em todos os níveis pelo próprio Estado Russo (CSIS, 2020, Politico, 2023b). A *Wagner*, tal como outras EMP russas, fornece diferentes tipos de serviços como treino e apoio operacional, com o objetivo de espalhar a influência de Moscovo em diversos cantos do globo.

Os principais objetivos da *Wagner* estão interligados com os interesses russos, mas também, como qualquer outra empresa, pretendem obter lucro como resultado dos seus serviços. O Kremlin entende que o recurso a estas empresas privadas é uma forma mais segura e camuflada de perseguir os seus objetivos, substituindo ou complementado os seus meios mais tradicionais (CSIS, 2020). Estes objetivos são de natureza militar, económica, política, informativa, entre outros. Primeiramente, a *Wagner* ajuda a Rússia a promover a sua política externa, apoiando parceiros estatais e não estatais, influenciando atores de alta importância como líderes políticos (CSIS, 2020). No campo militar, o grupo paramilitar permite que Moscovo altere o equilíbrio de poder através da interferência em conflitos regionais com o intuito de poder beneficiar disso longo prazo. Permite, também, o estabelecimento de novas bases militares e uma maior presença russa nessas regiões. Os interesses económicos são um dos fatores mais importantes, na medida em que as EMP e empresas de mineração e energia, entre outras, permitem que a Rússia expanda o

seu comércio e crie fluxos de receita, nomeadamente de petróleo, gás e extração de minérios (CSIS, 2020). Outro objetivo crucial é a questão da inteligência e obtenção de informação. Como a *Wagner* e outras empresas trabalham em grande proximidade com as organizações de inteligência russas, outras entidades oficiais e muitas controladas por oligarcas russos, estes atores, em conjunto, constroem redes de inteligência em Estados-chave para recolher informações cruciais para o Kremlin, para que possam ser tomadas decisões relativas a operações clandestinas ou interferência política como, por exemplo, influenciar eleições, ou qualquer outra atividade para expandir a influência russa (CSIS, 2020). Como podemos observar, a *Wagner* serve também, como uma ferramenta para expandir o “soft power” russo através de “hard power” indireto. É uma ferramenta eficiente, pois não implica uma responsabilidade direta do Estado russo, uma vez que é mais invisível à comunidade internacional e ajuda a melhorar as perceções ligadas à Rússia nos ambientes operacionais estrangeiros, através de meios de desinformação e propaganda pró-russa (CSIS, 2020). Através dos seus serviços e, principalmente, por meio de esquemas ilegais e aproveitamento das condições precárias e dos recursos naturais nas regiões onde operam, a *Wagner* e outras empresas de Yevgeny Prigozhin geraram receitas de mais de duzentos e cinquenta milhões de dólares, entre 2018 e 2022, independentemente das sanções ocidentais colocadas contra o líder da *Wagner* (FT, 2023).

2.3 Grupo Wagner em África

O continente africano regista um grande número de guerras civis nas últimas décadas. Estes conflitos internos bem como a corrupção ligada às elites, os recursos naturais, entre outros, dificultam o papel dos Estados em manter o controlo sobre as suas populações, o comércio e as infraestruturas (Kimemia, 2021). Este fator bélico, em combinação com o declínio da assistência internacional, as tensões étnicas e religiosas, o processo de colonização e sucessiva descolonização que levaram à criação não natural de fronteiras e identidade natural, as estruturas governamentais fracas e o sistema político e as economias limitadas que são dependentes e vulneráveis são as várias razões para a existência de um número de Estados africanos frágeis (Gluhbegovic, 2016). As empresas militares privadas tornaram-se, por isso, um recurso atrativo para os governos africanos, no apoio das suas forças armadas nacionais e na proteção de pontos estratégicos.

Desde 2014 que a presença russa em África tem crescido substancialmente. Isto porque, após a invasão da Crimeia, a Rússia foi expulsa do G8 e foram impostas sanções pela União Europeia (UE), Estados Unidos da América (EUA) e Canadá, fazendo com que Moscovo ficasse isolado diplomaticamente e vivesse sob pressão económica (Paczyńska, 2020). A Rússia pretende construir relações com os Estados africanos confiando no seu passado soviético ligado à época da Guerra Fria, sendo menos acusada de neocolonialismo do que outros países europeus (Salinger, 2022). Nessa altura, nunca teve colónias no continente e apoiou os movimentos de independência e libertação, tendo assim uma melhor imagem perante os governos da região. Os próprios líderes africanos têm sido recetivos às colaborações com a Rússia, devido às preocupações com a crescente presença chinesa e, pelo contrário, uma redução da presença por parte dos Estados Unidos (EUA) (Paczyńska, 2020). A Rússia vê o seu envolvimento em África como uma possibilidade para atingir as suas ambições globais, como o desejo de ser vista como uma potência global, e não regional, promovendo uma visão de um mundo multipolar, competindo com a UE e os Estados Unidos (Paczyńska *cit in* Stronski, 2019). O Estado russo persegue vários objetivos no continente africano, sendo um dos mais importantes o fortalecimento de relações diplomáticas, através de ofertas militares e apoio político, especialmente a líderes autoritários em Estados instáveis, mas com vastos recursos naturais (Paczyńska, 2020), fomentando a polarização social através de campanhas de desinformação e interferência nas eleições (Siegle, 2021). A curto prazo, a Rússia pretende concentrar-se na exploração de concessões de recursos naturais, que serviram como pagamentos diretos ao grupo *Wagner*. Os interesses económicos de Moscovo em África focam-se nas exportações de armas para o continente (a Rússia é atualmente o maior fornecedor de armas para África). De acordo com Salinger (2022), estes acordos bilaterais fornecem milhares de milhões ao Kremlin, essenciais para manter as intervenções estrangeiras em curso e financiar a indústria de defesa. A médio e a longo prazo, Putin pretende posicionar as empresas exportadoras russas no âmbito das economias da RCA, da Líbia e da República Democrática do Congo (RDC). A população eminentemente jovem representa o principal grupo de consumidores emergentes, até agora inexplorado pelo mercado global (Salinger, 2022). Estes esforços de Moscovo também se revelam úteis na Organização das Nações Unidas, onde os Estados africanos representam quase um quarto dos votos na Assembleia Geral, proporcionando à Rússia um apoio para que possa avançar com os seus interesses com custos financeiros e políticos limitados (Siegle, 2021). A primeira Cimeira Rússia-África, realizada em Sochi em

outubro de 2019, foi um reflexo da crescente relação da Rússia com os Estados africanos. A Cimeira contou com a presença de quarenta e três Chefes de Estado ou de Governo e foi copresidida pelos Presidentes Putin da Rússia e Abdel al-Sisi do Egito. A Cimeira teve como objetivo o fortalecimento dos laços políticos, comerciais e de segurança, com acordos assinados na exploração de recursos naturais, energia nuclear e cooperação militar no valor de 12,5 mil milhões de dólares americanos (Paczyńska, 2020). Há também outra cimeira entre a Rússia e países africanos marcada para julho de 2023.

O principal motor de expansão russa, que tem permitido alcançar os seus objetivos em África é o grupo *Wagner*. A EMP exerce o “hard power” indireto por parte do Estado russo, embora mantendo uma negação plausível (Salinger, 2022). Nos chamados “pacotes de acordos” introduzidos, amplamente, pela primeira vez na Síria (The New Arab, 2021), Moscovo oferece aos governos estrangeiros o apoio da *Wagner*, bem como a venda de armas e o envio de conselheiros militares em troca de concessões de recursos naturais e a possibilidade de as empresas russas participarem nos mercados nacionais (Salinger, 2022). É imperativo, nestas situações, que os governos africanos solicitem algum tipo de assistência, oferecendo assim um certo grau de legitimidade às intervenções de Moscovo, no âmago da comunidade internacional (Salinger, 2022). Outro fator importante que torna possível a implantação da *Wagner* é a existência de líderes autocráticos e corruptos, sem legitimidade ou popularidade, facilitando a expansão da influência russa de forma rápida e barata (Siegle, 2022). Os destacamentos da *Wagner*, que supostamente seriam para reforçar a estabilidade dos regimes africanos, acabam, portanto, por deixar um rasto de instabilidade para os cidadãos do país de acolhimento e uma maior concentração de atores insurgentes (Siegle, 2022).

A *Wagner* desempenha ou desempenhou diferentes operações em vários países, alegadamente na Líbia, República Centro-Africana, Mali, Sudão, Sudão do Sul, Madagáscar, Moçambique, Burkina Faso, entre outros (The Washington Post, 2023). As intervenções da *Wagner* variam dependendo dos seus clientes e do próprio Estado onde atuam, focando-se, principalmente, em três áreas: militar, política e económica. Desempenham operações de combate, nas quais apoiam os governos africanos contra grupos rebeldes e vice-versa (CFR, 2023). Exemplos deste tipo de operações ocorreram na RCA e também em Moçambique em 2019, um dos grandes fracassos da EMP em África. As forças da *Wagner* destacadas para combater o Estado Islâmico, na província de Cabo Delgado, falharam ao tentar conter a insurgência e retiraram-se após alguns

meses (CFR, 2023). Outro tipo de serviço, mais comum, é o fornecimento de segurança e formação. Os membros da *Wagner* treinam e fornecem armamento a militares e forças de segurança e desempenham proteção a oficiais do regime. Também protegem recursos naturais, como por exemplo minas e refinarias petrolíferas (CFR, 2023). A *Wagner* também é conhecida por realizar campanhas de desinformação e propaganda. A EMP juntamente com Prigozhin, financia a *Internet Research Agency* (IRA), uma “fábrica de trolls” conhecida por interferir nas eleições americanas e agora envolvida em África (U.S Department of State, 2022). Um relatório do Facebook/Meta, em janeiro de 2022, expôs entidades ligadas à IRA, visando jornalistas africanos em países como a Nigéria, Zimbábue, Camarões, Gâmbia e Congo para enganar jornalistas e publicar artigos em nome da IRA (U.S Department of State, 2022). Em 2018, a *Wagner* enviou para Madagáscar um grupo de analistas políticos para apoiar a candidatura à reeleição do Presidente da altura, Hery Rajaonarimampianina, em troca de acordos económicos relativos à mineração de ouro e cromita, petróleo, agricultura e o porto de Toamasina (CSIS, 2020). Embora Hery Rajaonarimampianina tenha perdido a eleição, ele facilitou os acordos prometidos antes de deixar o cargo e a Rússia conseguiu produzir e distribuir o maior jornal de venda em massa do país (Harding e Buerke, 2019), tendo este um importante papel para moldar a opinião pública a longo prazo. Prigozhin é, também, acusado de cooptar movimentos pan-africanos para promulgar mensagens antifrancesas e antiocidentais (CFR, 2023), utilizando figuras públicas, com raízes africanas, ligadas a várias entidades de procuração, como a Associação para a Pesquisa Livre e Cooperação Internacional (AFRIC), uma empresa de fachada para as operações de Prigozhin em África. A Fundação para a Proteção dos Valores Nacionais (FZNC) e Media Afrique TV patrocinam falsas missões de monitorização eleitoral em diversos Estados e geram uma disseminação de desinformação pró-russa (U.S. Department of State, 2022).

O grupo *Wagner* serve, também, como um instrumento para Yevgeny Prigozhin alcançar as suas ambições pessoais e económicas a par das ambições da Rússia (Faulkner, 2022). Prigozhin é dono da *M-Invest*, uma empresa guarda-chuva que controla uma série de empresas de segurança e de energia, como a *Lobaye Invest*, que extrai ouro e diamantes na RCA, a *Meroe Gold*, que extrai ouro no Sudão e a *Sewa Security Services* que fornece serviços de segurança a funcionários do governo (Salinger, 2022). Através da *M-Invest*, Prigozhin garante as concessões de recursos naturais nos “pacotes de acordos” em nome do Kremlin. A *Wagner* protege estes locais de mineração para que, de seguida, possa

haver uma exploração dos recursos com empresas especializadas e distribuição dos lucros entre a *Wagner*, o Kremlin e os parceiros africanos (Salinger, 2022). Todas estas empresas estão interligadas com vários oligarcas e com o próprio Putin, promovendo os seus próprios interesses e os das maiores multinacionais russas.

O grupo *Wagner* é, ainda, acusado de várias violações dos direitos humanos e crimes de guerra durante as suas operações em África, principalmente na RCA e Mali. Os crimes são de várias índole, incluindo violações e torturas durante conflitos armados, morte de vários civis, detenções arbitrárias, desaparecimentos, execuções, uso excessivo de força, entre outros (Doxsee e Thompson, 2022; AP News, 2023; OHCHR, 2021a). Infelizmente, este padrão continua impune e inabalável, sendo estes episódios recorrentes em várias regiões.

3. Grupo Wagner na República Centro-Africana

3.1 Visão Geral

A República Centro-Africana (RCA) é um alvo fácil para a interferência estrangeira, devido à sua relevância geopolítica, a localização no “coração de África”, aos recursos minerais (ouro, diamantes e urânio), mas também às várias divisões existentes no país, com um norte maioritariamente muçulmano e um sul cristão (Clifford e Gruzd, 2022). A guerra civil, que já decorre há vários anos, é marcada pela falta de controlo estatal, sendo que o Presidente Faustin-Archange Touadéra exerce quase nenhuma autoridade e os grupos rebeldes armados controlam dois terços do país (CFR, 2021). Essa falta de controlo mais a corrupção endémica presente no território, são, também, fatores para a interferência estrangeira, dos franceses, americanos, russos e mesmo das Nações Unidas, com a sua missão de manutenção de paz MINUSCA, estabelecida desde 2014. A Rússia expandiu rapidamente a sua influência na RCA nos últimos anos. O Presidente Faustin-Archange Touadéra estava insatisfeito com o apoio francês e com a capacidade das forças da manutenção da paz da ONU. Então, em 2017 reuniu-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros russo, Sergey Lavrov, em Sochi, onde solicitou ajuda para reconstruir o exército com o fornecimento de armamento e formação devido ao embargo de armas da ONU, que entrou em vigor em 2013 (AWG, 2020), assinando assim, um acordo de cooperação na área da segurança com a Rússia. Em dezembro de 2017, Moscovo conseguiu obter uma isenção do embargo de armas do Conselho de Segurança, o que se traduziu na possibilidade de continuar a enviar armas de fabrico russo para a RCA (AWG, 2020), embora os EUA e a França, mostrassem preocupação relativamente ao armamento, pois poderia acabar nas mãos de grupos rebeldes e aumentar a instabilidade e os conflitos no país (Clifford e Gruzd, 2022). Desde 2018, o grupo *Wagner* tem estado presente na RCA servindo de instrumento de política externa do Kremlin. Valery Zakharov, ex-agente do GRU, tornou-se o Conselheiro de Segurança do Presidente Faustin-Archange Touadéra e tinha como missão principal chefiar a equipa da *Wagner* (Dukham, 2020). Em março do mesmo ano, o Presidente Touadéra apareceu em público com um grupo de proteção pessoal que incluía “forças especiais russas”, que alegadamente faziam parte da *Wagner* (CFR, 2020). Esta decisão de contratar a EMP russa teve a ver com a necessidade de proteger o regime de possíveis golpes e, em troca desta, Prigozhin ganhou direitos de mineração, entre outros (CFR, 2020). Mais à frente, neste capítulo, será desenvolvida esta questão. Podemos afirmar que a *Wagner* tem tido algum sucesso, no que toca à proteção

do regime atual e do próprio presidente, devido à sua resposta à aparente tentativa de golpe pelo ex-Presidente François Bozizé em dezembro de 2020 (CFR, 2020). Para compreender este episódio é necessário recuar ao período que antecede as eleições presidenciais de 2020, em que o principal tribunal da RCA rejeitou a candidatura do ex-Presidente Bozizé, pois este não satisfaz o requisito de “boa moralidade” para ser candidato, devido às sanções e mandato internacional impostos pela ONU pelos alegados assassinatos, tortura e outros crimes que cometeu (Al Jazeera, 2020). François Bozizé foi presidente desde 2003 até 2013, altura em que foi deposto pelo grupo rebelde *Seleka* (Bax, 2021), uma milícia maioritariamente composta por muçulmanos. Os *Seleka* tiveram dificuldades em manter o controlo e, para agravar a sua situação, nasceu uma aliança designada de *Anti-Balaka*, composta por várias milícias cristãs para combater os *Seleka*, deixando o país num estado de conflito por dois anos (Al Jazeera, 2022). Em 2016 Faustin-Archange Touadéra, tornou-se o Presidente da República ao ganhar as eleições presidenciais, com a monitorização francesa e do destacamento da missão MINUSCA. Em 2019, com o incentivo de Moscovo e Valery Zakharov como o principal arquiteto, o governo assinou o acordo de Khartoum com quatorze grupos armados que controlam diversas regiões do país (Bax, 2021). Este acordo, impulsionado pela União Africana, ainda serve de regulamento para a paz na RCA. Após a rejeição da candidatura presencial do ex-Presidente François Bozizé em 2020, foi criada uma aliança composta por vários grupos rebeldes, designada de Coligação dos Patriotas para a Mudança (CPC) que o próprio chefiava, com o intuito de perturbar as referidas eleições (Bax, 2021). No entanto, esta coligação não foi capaz de impedir as eleições, e o Presidente Touadéra acabou por ganhar um segundo mandato de cinco anos. Isto foi possível devido ao apoio das forças armadas ruandeses, da ONU e da *Wagner* que, mais tarde, acabariam por repelir outro ataque com o objetivo de derrubar o governo (Bax, 2021). Faustin-Archange Touadéra, face ao exposto, iniciou uma contraofensiva com o apoio da *Wagner*, que juntamente com as Forças Armadas da RCA (FACA) conseguiram retirar o controlo de mais de vinte cidades e aldeias de vários grupos armados e bloquear o seu canal de abastecimento a partir dos Camarões (Bax, 2021). A *Wagner* foi um ator crucial no apoio às tropas do governo, permitindo que estas chegassem à maioria dos redutos rebeldes. Consequentemente, o apoio popular a Touadéra aumentou e a empresa russa acabaria por granjear grande popularidade entre os centro-africanos, que veem estes *contractors* como libertadores, após duas décadas de conflitos civis (Bax, 2021).

Durante estes anos, a *Wagner* tem realizado uma série de diferentes atividades e operações. O principal uso da EMP é o fornecimento de treino às forças governamentais da RCA em operações de combate e o uso de armas russas (AWG, 2020). No entanto, os “instrutores” russos também participam diretamente nos combates ao lado das Forças Armadas Centro-Africanas. De acordo com Gomes (*cit. in* SAEE, 2021), a FACA opera sob o comando ou supervisão da *Wagner*, aproveitando-se esta, da vulnerabilidade que existe entre as forças convencionais e o Estado-Maior para cumprir com os seus próprios objetivos, comandando as forças no terreno sem qualquer tipo de impasse e com uma legitimidade passiva por parte das autoridades centro-africanas. Ainda na área da segurança, estes “instrutores” russos, foram vistos a fornecer segurança pessoal ao Presidente Touadéra, segurança em hospitais e ao pessoal hospitalar e proteção de locais de mineração (AWG, 2020). Os *contractors* da EMP fornecem também outros tipos de serviços, como transporte de materiais de construção do Sudão para a RCA (AWG, 2020).

3.2 Prigozhin e o Kremlin - exploração dos recursos naturais e campanhas de desinformação

Em 2018, quando os “instrutores” russos chegaram à República Centro-Africana, muitos deles atuavam como pertencendo à empresa privada chamada *Sewa Security Services* (AEOW, 2022a). Esta empresa é controlada por uma outra empresa, a *Lobaye Invest*, que está registada na RCA desde 2017, e esta, por sua vez, está sob o controlo da empresa russa *M-Finans* que é controlada por Yevgeny Prigozhin (OJEU, 2023, p. 89). A *Lobaye Invest* é uma empresa de mineração, que ganhou direitos de exploração para sete minas de ouro e diamantes, que se encontram a aproximadamente oito milhas da base de treino do grupo *Wagner*, fora da capital Bangui (CFR, 2021). A empresa é gerida por Dimitri Sytii, um executivo da *Wagner* e por Yevgeny Khodotov, que está associado a Yevgeny Prigozhin (OJEU, 2023, p. 89). Em 2019, no setor da exploração mineira, surgiu outra empresa, a *Midas Ressources*, que também é controlada por Prigozhin (AEOW, 2022a). Esta empresa recebeu uma concessão do governo da RCA de vinte e cinco anos para a mina de Ndissima (AEOW, 2022a). A comercialização destes minérios, principalmente diamantes, é feita ilegalmente, através da empresa *Diamville* que é utilizada pela *Wagner* e está interligada a indivíduos como Yevgeny Prigozhin e Dimitri Sytii (OJEU, 2023, p. 89). Em 2022, uma investigação conjunta entre a *European Investigative Collaborations*

e o projeto *All Eyes On Wagner* identifica que a *Wagner* e Prigozhin também estão ligados ao negócio da exploração madeireira, através da empresa *Bois Rouge* (AEOW, 2022b). Esta empresa, também registada na RCA em 2019, é liderada por Anastasie Naneth Yakoïma (AEOW, 2022). Em 2021, foi concebida uma licença de exploração à empresa *Bois Rouge* fazendo com que as forças da *Wagner* juntamente com a FACA realizassem operações para controlar áreas florestais na região de Lobaye (African Business, 2022). Embora *Bois Rouge* aparente ser uma empresa da RCA, na verdade é russa, pois no exterior a mesma é apresentada como uma entidade russa. Os registos de importação mostram que recebe materiais de empresas russas e provas fotográficas revelam equipamento russo a ser usado no terreno (Stanyard et al., 2022).

A Rússia, juntamente com o apoio de várias entidades ligadas a Prigozhin e à *Wagner*, também realiza uma série de campanhas de desinformação e de propaganda pró-Rússia (U.S Department of State, 2022), de forma a aumentar a sua influência na RCA. Para realizar estas campanhas, são usadas, principalmente, redes sociais como *Facebook/Meta*, *Twitter*, *Telegram*, entre outras (NATO, 2021). Contudo, também são usados meios de comunicação social tradicionais, como a rádio, sendo uma delas a rádio *Lengo Songo*, que é financiada pela empresa *Lobaye Invest* (Clifford e Gruzd, 2022). Todas estas ferramentas são usadas pela Rússia para criar uma narrativa de glorificação do apoio russo na RCA e incentivar a sentimentos anti-França, anti-ONU e anti-Ocidente. A Rússia retrata-se como o catalisador para a paz e para o fortalecimento da RCA, devido às suas ajudas quer com o apoio de armamento e reconstrução da FACA quer com o seu envolvimento no acordo de paz (NATO, 2021), que na realidade só proporcionou o aumento da corrupção e de uma economia alimentada pela guerra (Dukhan, 2020). O Estado russo, para ganhar o apoio da população centro-africana, promove o desenvolvimento do país, através de atividades culturais e sociais. A empresa *Lobaye Invest* patrocinou o concurso de beleza “Miss Bangui”, sendo este presidido por Valery Zakharov (NATO, 2021; Clifford e Gruzd, 2022). Além disso, a Rússia organizou jogos de futebol e exibições de filmes, sendo o *Touriste* (O Turista) um dos mais conhecidos. Este retrata cenas bélicas em que os “instrutores” russos, ou seja, membros da *Wagner* apoiam o governo de Touadéra, protegendo o regime e a população contra grupos armados do ex-Presidente Bozizé (NATO, 2021; Clifford e Gruzd, 2022).

De forma inversa, a Rússia usa os mecanismos anteriormente referidos, aproveitando-se da sua popularidade para denegrir a imagem do Ocidente, principalmente a da França,

disseminando a narrativa de que esta pretende continuar a aproveitar-se da RCA, referenciando o passado de colonização (NATO, 2021, p. 23). Os meios de comunicação pró-russos alegam, ainda, que os serviços secretos franceses ajudaram a oposição do governo centro-africano a realizar um golpe de estado (NATO, 2021, p. 22). A missão de manutenção de paz MINUSCA também é alvo de desinformação, através de diferentes meios de comunicação social. Alegam que as forças da missão estariam a conspirar contra o regime, financiando grupos armados e permitindo que os ataques ocorressem contra as populações (NATO, 2021, p. 22). Para além disso, estes meios de comunicação pró-russos envidam esforços para lembrar a população dos atos de violência sexual que teriam sido praticados pelas forças francesas e pela MINUSCA (NATO, 2021, p. 23).

Através destes esforços, a Rússia conseguiu estabelecer uma relação positiva na RCA e com a sua população, visto que foi construída uma estátua representando os *contractors* da *Wagner*, como forma de agradecimento por protegerem a população (Andriukaitis, 2021), embora na realidade sejam responsáveis por vários crimes de violação de direitos humanos. É possível observar este apoio pró-russo, também, pelas manifestações de apoio à Rússia na guerra contra a Ucrânia (Africanews, 2022) e pela decisão do Presidente Faustin-Archange Touadéra de tornar obrigatório estudo o da língua russa nas universidades centro-africanas (The Moscow Times, 2021).

3.3 Grupo Wagner e violações dos direitos humanos na RCA

As atividades do grupo *Wagner* na RCA têm suscitado várias preocupações sobre possíveis violações dos direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário. Desde logo, apenas alguns meses depois da chegada dos “instrutores” russos em 2018, três jornalistas russos que investigavam os mesmos foram mortos quando se deslocavam a uma mina de ouro (CNN, 2019). Embora a investigação realizada pelas autoridades centro-africanas concluísse que tinha sido um assassinato em resultado de um assalto, de acordo com uma investigação do Dossier Center (2019) existem várias provas que apontam para o possível envolvimento da *Wagner*.

Estes crimes, aparentemente, intensificaram-se em 2021, com a contraofensiva realizada pelas forças da *Wagner* e da FACA (Stanyard et al., 2022), para tomarem regiões controladas por rebeldes. Nesse mesmo ano, um Grupo de Trabalho das Nações Unidas

soou o alarme sobre diversos crimes cometidos pela empresa privada russa, como diversas violações dos direitos humanos e desrespeito pelo DIH (OHCHR, 2021a). O Conselho de Segurança (2021), passado apenas alguns meses, publicou um relatório sobre a Resolução 2536 (2020) na RCA, no qual, no capítulo III, refere os variados abusos cometidos quer pela FACA, quer pelo grupo *Wagner*. Os crimes ligados, especificamente, aos “instrutores” russos são: os inúmeros casos de assassinatos indiscriminados contra civis desarmados (Conselho de Segurança, 2021, p. 23); roubo de diversos tipos de bens, como dinheiro, motas, animais, entre outros, da própria casa de civis e de uma organização humanitária (Conselho de Segurança, 2021, p. 24) e vários relatos de torturas e execuções (Conselho de Segurança, 2021, p. 24). Para além dos crimes referidos, os *contractors* russos, também, são responsáveis por abusos sexuais e por crimes de ódio contra a população muçulmana e desrespeito por infraestruturas muçulmanas como mesquitas (RLI, 2021). De acordo com uma análise realizada pela ACLED (2022), estes crimes contra civis representam cerca de 70% de todos os tipos de violência política, quando as forças da *Wagner* operam de forma independente, e 27% quando a *Wagner* opera juntamente com as forças armadas centro-africanas.

Vale a pena ressaltar que as empresas associadas à *Wagner*, como a *Lobaye Invest e Diamville*, também são responsáveis pelas violações dos direitos humanos ocorridas na RCA, pois através das suas atividades prestam apoio a estes abusos (OJEU, 2023).

Assim, é possível compreender que a *Wagner*, e indiretamente Estado russo, violam as normas do Direito internacional Humanitário e do respeito pelos direitos humanos para atingir os seus objetivos geopolíticos e económicos, ignorando as vidas e o bem-estar dos próprios civis da República Centro-Africana. Através da posição de Valery Zakharov, dizendo que as alegações de uma investigação realizada pela missão MINUSCA eram falsas (RLI, 2021), conseguimos perceber, também, qual é a posição da Rússia nesta situação.

Conclusão

Este projeto de graduação proporcionou uma análise concisa das Empresas Militares Privadas, com foco particular no grupo *Wagner* e nas suas atividades na República Centro-Africana. Os resultados deste estudo sublinham a necessidade de regulamentação e supervisão robustas das EMP, para mitigar os riscos que representam, bem como a necessidade da investigação das atividades da *Wagner* em África e na RCA. Este trabalho pretende pôr em evidência as motivações, o impacto e as implicações geopolíticas mais amplas do seu envolvimento. Para tal seguiu-se a sequência argumentativa que se elenca abaixo.

Os conceitos operatórios e a definição conceptual das EMP forneceram uma base de compreensão para a distinção dos diversos atores privados na área de segurança e defesa e as suas características distintas e dinâmica operacional. O uso crescente destas, após o fim da guerra fria, levantou várias preocupações específicas associadas à sua utilização. Questões como a supervisão, o controlo e responsabilidade bem como o potencial para violações dos direitos humanos, foram identificadas como desafios fundamentais. O mapeamento dos problemas jurídicos com o uso de EMP, particularmente no âmbito do Direito Internacional Humanitário, ressaltou a necessidade de mecanismos de regulação e responsabilização mais fortes.

O grupo *Wagner*, uma EMP russa proeminente, foi examinado em detalhe, elucidando-se suas origens, estrutura organizacional e capacidades operacionais. A ligação entre o grupo *Wagner* e o Kremlin foi explorada, revelando o alinhamento do grupo com os objetivos da política externa russa. Desempenha, assim, cumulativamente, um “soft power” e “hard power” indireto em nome do Estado russo. A presença do grupo *Wagner* em África, incluindo as suas atividades para além das fronteiras russas, demonstrou a sua crescente influência e interesses na região.

O caso específico das atividades do grupo *Wagner* na RCA forneceu informações valiosas sobre as suas operações num país afetado por conflitos internos. O apoio militar do grupo, nos esforços de contrainsurgência do governo da RCA foram analisados, lançando luz sobre a dinâmica do seu envolvimento. Além disso, o estudo investigou o papel de Yevgeni Prigozhin e os interesses do Kremlin na RCA, revelando o seu envolvimento na exploração dos recursos naturais e em campanhas de desinformação. Um aspeto profundamente preocupante das atividades da *Wagner* na RCA foram as alegações de

violações dos direitos humanos. Este projeto de graduação destacou a importância de se abordarem esses abusos, enfatizando a necessidade de responsabilização e adesão aos padrões internacionais de direitos humanos.

Este estudo de caso poderá ter um valor acadêmico e prático. Ao analisar o envolvimento do grupo *Wagner* na RCA, esta pesquisa pretendeu contribuir para a literatura existente sobre empresas militares privadas e o seu papel na guerra por procuração. O estudo fornece informações sobre as motivações das atividades das EMP em zonas de conflito, destacando a interação entre interesses econômicos, objetivos estratégicos e considerações geopolíticas. Além disso, os resultados desta investigação têm implicações políticas, como são disso exemplo as relações entre a *Wagner* e a Rússia, que põem em causa o papel da Rússia nas Nações Unidas, nomeadamente no Conselho de Segurança. Compreender as implicações da presença do *Grupo Wagner* na RCA pode ajudar os decisores políticos e as organizações internacionais na formulação de estratégias para enfrentar os desafios colocados por esses atores não estatais. É de salientar que as percepções do estudo sobre as ramificações geopolíticas mais amplas do envolvimento da EMP na RCA podem informar os atores regionais e globais na gestão e mitigação de potenciais conflitos. Contudo, é importante reconhecer também as limitações e o alcance deste estudo. O acesso a dados sobre as operações da *Wagner* pode apresentar desafios devido à sua natureza secreta.

Referências

ACLED (2022). Wagner Group Operations in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://acleddata.com/2022/08/30/wagner-group-operations-in-africa-civilian-targeting-trends-in-the-central-african-republic-and-mali/#s7>>. [Consultado em 28/06/2023].

African Business (2022). Russia's Wagner Group could make millions from exploitation of African rainforest. [Em linha]. Disponível em <<https://african.business/2022/09/resources/russias-wagner-group-involved-in-central-african-forestry-trade>>. [Consultado em 21/06/2023].

Africa News. (2022). Pro-Russia protesters rally in Central African Republic. [Em linha]. Disponível em <<https://www.africanews.com/2022/03/05/pro-russia-protesters-rally-in-central-african-republic/>>. [Consultado em 29/06/2023].

Al Arabiya (2023). Lithuania labels Russia's Wagner mercenary group a 'terrorist organization'. [Em linha]. Disponível em <<https://english.alarabiya.net/News/world/2023/03/14/Lithuania-labels-Russia-s-Wagner-mercenary-group-a-terrorist-organization->>. [Consultado em 17/05/2023].

Al Jazeera (2020). CAR court rejects ex-president Bozize's election candidacy. [Em linha]. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2020/12/3/car-court-rejects-ex-president-bozizes-election-candidacy>>. [Consultado em 02/06/2023].

Al Jazeera (2022). Analysis: The curious case of Russia in Central African Republic. [Em linha]. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/features/2022/5/20/the-curious-case-of-russias-romance-in-central-african-republic>>. [Consultado em 10/06/2023].

All Eyes On Wagner (AEOW). (2022a). CAR: Prigozhin's Blood Diamonds. [Em linha]. Disponível em <<https://drive.google.com/file/d/1RyxkBKTP7BEVEtoQ3LV0jzxxzJFrelHbJ/view>>. [Consultado em 20/06/2023].

All Eyes On Wagner (AEOW). (2022b). Come follow the redwood trees – tracking Wagner's forestry business in CAR. [Em linha]. Disponível em <<https://alleyesonwagner.org/2022/07/26/come-follow-the-redwood-trees-tracking-wagners-forestry-business-in-car/>>. [Consultado em 22/06/2023].

Andriukaitis, L. (2021). Africa identified in the Central African Republic. [Em linha]. Disponível em <<https://medium.com/dfrlab/first-russian-mercenary-statue-in-africa-identified-in-the-central-african-republic-55f9d5ac3abd>>. [Consultado em 26/06/2023].

AP News (2023). 500 believed to have died in Mali village massacre last year. [Em linha]. Disponível em <<https://apnews.com/article/mali-massacre-moura-un-wagner-killings-mercenaries-28cbc2d84809e626cd9b2aa30b0fa860>>. [Consultado em 27/06/2023].

Asymmetric Warfare Group (AWG). (2020). Russian Private Military Companies: Their use and how to consider them in operations, competition, and conflict. [Em linha]. Disponível em <<https://info.publicintelligence.net/AWG-RussianPrivateMilitaryCompanies.pdf>>. [Consultado em 17/06/2023].

Avant, D. (2018). Private Security. In: Williams, P. (Ed.). *Security Studies: An Introduction*. Londres, Routledge, pp. 438-449.

Bax, P. (2021). Russia's Influence in the Central African Republic. [Em linha]. Disponível em <<https://www.crisisgroup.org/africa/central-africa/central-african-republic/russias-influence-central-african-republic>>. [Consultado em 20/06/2023].

Borshchevskaya, A. (2019). Russian Private Military Companies: Continuity and Evolution of the Model. [Em linha]. Disponível em <<https://www.fpri.org/wp-content/uploads/2019/12/rfp4-borshchevskaya-final.pdf>>. [Consultado em 14/06/2023].

Britannica. (2019). Iraq War. [Em linha]. Disponível em <<https://www.britannica.com/event/Iraq-War>>. [Consultado em 14/03/2023].

British Broadcasting Corporation (BBC) (2023a). Yevgeny Prigozhin: From Putin's chef to rebel in chief. [Em linha]. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-europe-64976080>>. [Consultado em 14/05/2023].

British Broadcasting Corporation (BBC) (2023b). What is Russia's Wagner mercenary group and where is its leader, Prigozhin? [Em linha]. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/world-60947877>>. [Consultado em 14/05/2023].

Cable News Network (CNN) (2019). Putin's Private Army. [Em linha]. Disponível em <<https://edition.cnn.com/interactive/2019/08/africa/putins-private-army-car-intl/>>. [Consultado em 25/06/2023].

Carmola, K. (2010). *Private Security Contractors and New Wars*. Nova York, Routledge

Center for Strategic & International Studies (CSIS) (2020). Band of Brothers: The Wagner Group and the Russian State. [Em linha]. Disponível em <<https://www.csis.org/blogs/post-soviet-post/band-brothers-wagner-group-and-russian-state>>. [Consultado em 20/06/2023].

Center for Strategic & International Studies (CSIS) (2020). Band of Brothers: The Wagner Group and the Russian State. [Em linha]. Disponível em <<https://russianpmcs.csis.org/>>. [Consultado em 20/06/2023].

Clifford, C. e Gruzd, S. (2022). Russian and African Media: Exercising Soft Power. [Em linha]. Disponível em <<https://saiia.org.za/wp-content/uploads/2022/06/Policy-Insights-125-clifford-gruzd.pdf>>. [Consultado em 20/06/2023].

Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (2013). O Direito Internacional Humanitário e as empresas militares e de segurança privadas. [Em linha]. Disponível em <<https://www.icrc.org/pt/coDireitontent/o-direito-internacional-humanitario-e-empresas-militares-e-de-seguranca-privadas>>. [Consultado em 14/03/2023].

Council on Foreign Relations (CFR) (2021). Coup-Proofing: Russia's Military Blueprint to Securing Resources in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://www.cfr.org/blog/coup-proofing-russias-military-blueprint-securing-resources-africa>>. [Consultado em 20/06/2023].

Council on Foreign Relations (CFR) (2023). What Is Russia's Wagner Group Doing in Africa? [Em linha]. Disponível em <<https://www.cfr.org/in-brief/what-russias-wagner-group-doing-africa>>. [Consultado em 02/06/2023].

Congressional Research Service (CRS). (2020). Russian Private Military Companies (PMCs). [Em linha]. Disponível em <<https://sgp.fas.org/crs/row/IF11650.pdf>>. [Consultado em 20/06/2023]

Congressional Research Service (CRS). (2023). Russian Private Military Companies (PMCs). [Em linha]. Disponível em <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/IF/IF12344>>. [Consultado em 09/06/2023]

Deutsche Welle (2023). Why Hitler adored Richard Wagner. [Em linha]. Disponível em <<https://www.dw.com/en/why-hitler-adored-richard-wagner/video-62643226>>.

[Consultado em 10/05/2023].

Doxsee, C. (2022). Putin's Proxies: Examining Russia's Use of Private Military Companies. [Em linha]. Disponível em <https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/congressional_testimony/ts220915_Doxsee.pdf?VersionId=vq98tVmBbPiPezNp pw52ANt_nrnaj8yP>.[Consultado em 10/06/2023].

Dossier Center (2019). Relatório Final do Dossier Center sobre as Circunstâncias do Assassinato de Orkhan Dzhemal, Alexander Rastorguev e Kirill Radchenko na República Centro-Africana. [Em linha]. Disponível em <<https://dossier.center/car/>>. [Consultado em 27/06/2023].

Doxsee, C e Thompson, J. (2022). Massacres, Executions, and Falsified Graves: The Wagner Group's Mounting Humanitarian Cost in Mali. [Em linha]. Disponível em <<https://www.csis.org/analysis/massacres-executions-and-falsified-graves-wagner-groups-mounting-humanitarian-cost-mali>>. [Consultado em 26/06/2023].

Dukhan, N. (2020). State of Prey: Proxies, Predators, and Profiteers in the Central African Republic. [Em linha]. Disponível em <<https://thesentry.org/wp-content/uploads/2020/10/StateofPrey-TheSentry-Oct2020.pdf>>. [Consultado em 21/06/2023].

Duursma, A., Masuhr, N., Friedrich, A. (2022). Russia's Growing Influence in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://gppi.net/2022/07/14/russias-growing-influence-in-africa>>. [Consultado em 11/06/2023].

Faulkner, C. (2022). Undermining Democracy and Exploiting Clients: The Wagner Group's Nefarious Activities in Africa. *CTCSentinel*, 15(3). [Em linha]. Disponível em <<https://ctc.westpoint.edu/undermining-democracy-and-exploiting-clients-the-wagner-groups-nefarious-activities-in-africa/>>. [Consultado em 17/06/2023].

Financial Times (FT) (2023). Wagner leader generated \$250mn from sanctioned empire. [Em linha]. Disponível em <<https://www.ft.com/content/98e478b5-c0d4-48a3-bcf7-e334a4ea0aca>>. [Consultado em 14/06/2023].

Fontanka (2017a). Quem a Rússia perdeu na Síria? [Em linha]. Disponível em <<https://www.fontanka.ru/2017/08/19/050/>>. [Consultado em 19/05/2023].

Fontanka (2017b). Lista de Wagner. [Em linha]. Disponível em <<https://www.fontanka.ru/2017/08/18/075/>>. [Consultado em 19/05/2023].

Fontanka (2017c). Nacionalistas russos sobre o contrato sírio. [Em linha]. Disponível em <<https://www.fontanka.ru/2017/10/19/101/>>. [Consultado em 19/05/2023].

Garcia, F. (2013). As Empresas Militares Privadas. [Em linha]. Disponível em <https://docentes.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_31562.pdf>. [Consultado em 11/03/2023]

Gluhbegovic, R. (2016). Types Of Conflict In Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://www.eisa.org/wp-content/uploads/2023/05/occasional-paper-2016-types-of-conflict-in-africa-how-do-the-aprm-reports-address-conflict-south-africa-eisa.pdf>>. [Consultado em 05/07/2023].

Gomes, L. (2022). A Expansão Global das Companhias Militares Privadas Russas: o Caso do Wagner Group na RCA. *Revista Militar* 2641/2642. [Em linha]. Disponível em <<http://www.revistamilitar.pt/artigo/1622>>. [Consultado em 18/06/2023].

Harding, L e Burke, J. (2019). Leaked documents reveal Russian effort to exert influence in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2019/jun/11/leaked-documents-reveal-russian-effort-to-exert-influence-in-africa>>. [Consultado em 17/06/2023].

International Committee of the Red Cross (ICRC). (2008). The Montreux Document. [Em linha]. Disponível em <https://www.securityhumanrightshub.org/sites/default/files/2020-04/icrc_002_0996.pdf>. [Consultado em 22/03/2023].

Kyiv Post (2023). Ukraine's Parliament Recognizes Wagner as Transnational Criminal Organization. [Em linha]. Disponível em <<https://www.kyivpost.com/post/11883>>. [Consultado em 14/05/2023].

Kimemia, D. (2021). The Impacts of Political Conflicts in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://digitalcommons.usf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1140&context=jacaps>>. [Consultado em 05/07/2023].

Lithuanian National Television and Radio (LRT) (2023). Lithuania designates Russia's Wagner as terrorist organization. [Em linha]. Disponível em <<https://www.lrt.lt/en/news-in-english/19/1936307/lithuania-designates-russia-s-wagner-as-terrorist-organisation>>.

[Consultado em 19/05/2023].

Marten, K. (2019). Russia's use of semi-state security forces: the case of the Wagner Group. *Post-Soviet Affairs*, 35(3). [Em linha]. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/1060586X.2019.1591142>>. [Consultado em 20/06/2023].

McFate, S. (2014). *The modern mercenary*. Nova York, Oxford University Press

OJEU-Official Journal of the European Union (2023). COUNCIL DECISION (CFSP) 2023/433 of 25 February 2023 amending Decision (CFSP) 2020/1999 concerning restrictive measures against serious human rights violations and abuses. L 59 I/583.

Ortiz, C. (2010). *Private Armed Forces and Global Security – A guide to the issues*. California, ABC-CLIO

Østensen, Å. (2011). UN Use of Private Military and Security Companies: Practices and Policies. [Em linha]. Disponível em <<https://library.oapen.org/viewer/web/viewer.html?file=/bitstream/handle/20.500.12657/25848/un-use-of-private-military-and-security-companies.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. [Consultado em 09/03/2023]

Østensen, Å. e Bukkvoll, T. (2018). Russian Use of Private Military and Security Companies- the implications for European and Norwegian Security. [Em linha]. Disponível em <<https://open.cmi.no/cmxmlui/bitstream/handle/11250/2564170/Russian%20Use%20of%20Private%20Military%20and%20Security%20Companies%20%20the%20implications%20for%20European%20and%20Norwegian%20Security?sequence=1&isAllowed=y>>. [Consultado em 20/06/2023].

Paczyńska, A. (2020). Russia in Africa: Is Great Power Competition Returning to the Continent? [Em linha]. Disponível em <https://www.idos-research.de/uploads/media/BP_15.2020.pdf>. [Consultado em 18/06/2023].

Pałka, W. (2020). The Awakening Of Private Military Companies. [Em linha]. Disponível em <<https://warsawinstitute.org/awakening-private-military-companies/>>. [Consultado em 14/03/2023].

Pereira, M. (2014). *Noções Fundamentais de Direito Internacional Humanitário*. Lisboa, Coimbra Editora

Pilbeam, B. (2015). The rise of private military and security companies. In: Hough, P. *et alii*. (Ed.). *International Security Studies. Theory and Practice*. Londres, Routledge, pp.191-207.

Politico (2023a). Putin admits Kremlin gave Wagner nearly \$1 billion in the past year. [Em linha]. Disponível em <<https://www.politico.eu/article/vladimir-putin-yevgeny-prigozhin-russia-kremlin-gave-wagner-group-nearly-1-billion-in-the-past-year/>>. [Consultado em 10/07/2023].

Politico (2023b). French parliament designates Wagner a ‘terrorist group’. [Em linha]. Disponível em <<https://www.politico.eu/article/pre-write-french-parliament-designates-wagner-a-terrorist-group/>>. [Consultado em 14/03/2023].

Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 Relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais. 08.06.1977. [Em linha]. Disponível em <[https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/protocolo I genebra.pdf](https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/protocolo%20I%20genebra.pdf)>. [Consultado em 14/03/2023].

Radio Free Europe Radio Liberty (RFERL) (2028). Russian Mercenaries: Vagner Commanders Describe Life Inside The 'Meat Grinder'. [Em linha]. Disponível em <<https://www.rferl.org/a/russian-mercenaries-vagner-commanders-syria/29100402.html>>. [Consultado em 14/05/2023].

Reuters (2020). Trump pardon of Blackwater Iraq contractors violates international law - UN. [Em linha]. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-iraq-blackwater-un-idUSKBN294108>>. [Consultado em 24/0/2023].

Robert Lansing Institute (RLI) (2021). The Kremlin-affiliated Russian mercenaries are behind war crimes in the CAR. [Em linha]. Disponível em <<https://lansinginstitute.org/2021/06/25/the-gru-affiliated-russian-mercenaries-are-behind-war-crimes-in-the-car/>>. [Consultado em 30/06/2023].

Salinger, D. (2022). Russian PMCs in Africa: How the Kremlin converts hard power into economic opportunity. [Em linha]. Disponível em <<https://www.strifeblog.org/2022/02/25/russian-pmcs-in-africa-how-the-kremlin-converts-hard-power-into-economic-opportunity/>>. [Consultado em 15/06/2023].

Siegle, J. (2021). Russia's Strategic Goals in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://africacenter.org/experts/joseph-siegle/russia-strategic-goals-africa/>>. [Consultado em 20/06/2023].

Siegle, J. (2022). Russia's Strategic Objectives and Influences in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://africacenter.org/experts/russias-strategic-objectives-and-influences-in-africa/>>. [Consultado em 22/06/2023].

Singer, P. (2008). *Corporate Warriors – The rise of the privatized military industry*. Nova York, Cornell University.

Stanyard, J., Vircoulon, T. e Rademeyer, J. (2023). The Grey Zone: Russia's military, mercenary and criminal engagement in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2023/02/Julia-Stanyard-T-Vircoulon-J-Rademeyer-The-grey-zone-Russias-military-mercenary-and-criminal-engagement-in-Africa-GI-TOC-February-2023-v3.pdf>>. [Consultado em 16/06/2023].

Stronski, P. (2020). Implausible Deniability: Russia's Private Military Companies. [Em linha]. Disponível em <<https://carnegieendowment.org/2020/06/02/implausible-deniability-russia-s-private-military-companies-pub-81954>>. [Consultado em 20/06/2023]

Svoboda, K., Matlach, P., e Baddorf, Z. (2021). *Russia's Activities in Africa's Information Environment (Case Studies: Mali, Central African Republic)*. Riga: NATO Strategic Communications Centre of Excellence.

The New Arab (2021). Moscow's mercenaries: How Russia is swelling the global market for private military companies. [Em linha]. Disponível em <<https://www.newarab.com/analysis/how-russia-swelling-global-market-mercenaries>>. [Consultado em 20/06/2023].

The Criminal Code of the Russian Federation. Nº 63-FZ. 13.06.1996. [Em linha]. Disponível em

<https://www.imolin.org/doc/amlid/Russian_Federation_Criminal_Code.pdf>.

[Consultado em 18/05/2023].

The Moscow Times (2021). Russian Language Added to Central African Republic University Curriculum. [Em linha]. Disponível em

<<https://www.themoscowtimes.com/2021/11/29/russian-language-added-to-central-african-republic-university-curriculum-a75686>>. [Consultado em 27/06/2023].

The Washington Post (2023). Wagner Group surges in Africa as U.S. influence fades, leak reveals. [Em linha]. Disponível em

<<https://www.washingtonpost.com/world/2023/04/23/wagner-russia-africa-leaked-documents/>>. [Consultado em 20/06/2023].

Transparency International UK (2022). US Private Military and Security Companies Fuel Corruption an Conflict Risk. [Em linha]. Disponível em

<<https://www.transparency.org.uk/us-private-military-and-security-companies-fuel-corruption-and-conflict-risk>>. [Consultado em 20/03/2023].

Tzifakis, N. (2012). *Contracting Out to Private Military and Security Companies*. Bruxelas, Centro de Estudos Europeus.

UN. Human Rights Council. Working Group on the Use of Mercenaries as a Means of Violating Human Rights and Impeding the Exercise of the Right of Peoples to Self-Determination (2011). Draft of a possible Convention on Private Military and Security Companies (PMSCs) for consideration and action by the Human Rights Council / prepared by the Working Group on the Use of Mercenaries as a Means of Violating Human Rights and Impeding the Exercise of the Right of Peoples to Self-Determination. Geneva: UN.

OHCHR-United Nations Human Rights Office of the High Commissioner (2021a). CAR: Experts alarmed by government's use of "Russian trainers", close contacts with UN peacekeepers. [Em linha]. Disponível em <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/03/car-experts-alarmed-governments-use-russian-trainers-close-contacts-un?LangID=E&NewsID=26961>>. [Consultado em 01/07/2023].

OHCHR-United Nations Human Rights Office of the High Commissioner (2021b). CAR: Russian Wagner Group harassing and intimidating civilians – UN experts. [Em linha].

Disponível em <<https://www.ohchr.org/en/press-releases/2021/11/car-russian-wagner-group-harassing-and-intimidating-civilians-un-experts>>. [Consultado em 01/07/2023].

United Nations Security Council (UNSC) (2021) Letter dated 25 June 2021 from the Panel of Experts on the Central African Republic extended pursuant to resolution 2536 (2020) addressed to the President of the Security Council.). UN Doc S/2021/569

U.S Department of State (2022). Wagner Group, Yevgeniy Prigozhin, and Russia's Disinformation in Africa. [Em linha]. Disponível em <<https://www.state.gov/disarming-disinformation/wagner-group-yevgeniy-prigozhin-and-russias-disinformation-in-africa/>>. [Consultado em 25/06/2023].

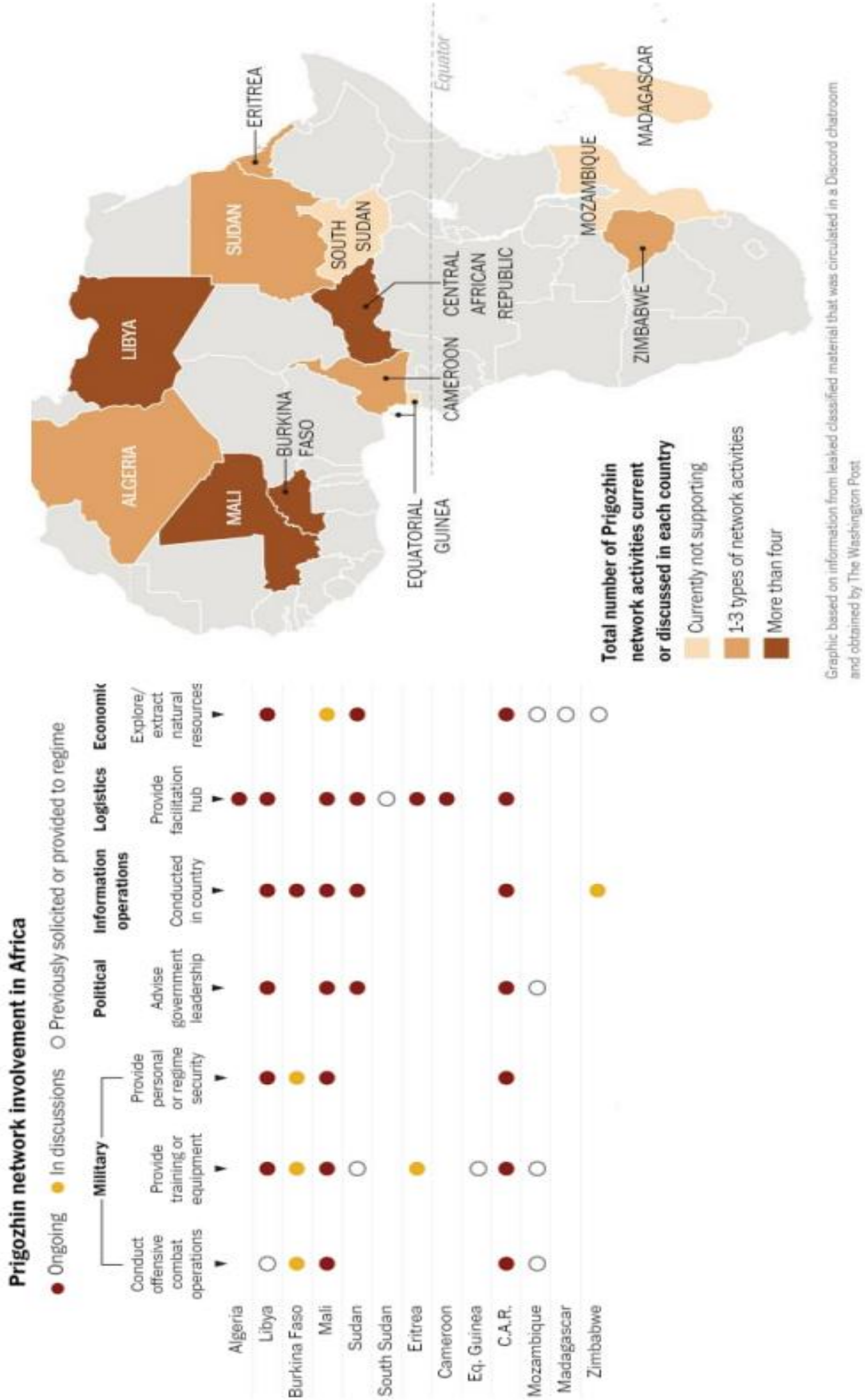
U.S. Department of the Treasury (2020). Treasury Targets Financier's Illicit Sanctions Evasion Activity. [Em linha]. Disponível em <<https://home.treasury.gov/news/press-releases/sm1058>>. [Consultado em 14/06/2023].

URA.ru (2018). Wagner PMC fighter: "Lafa terminou após a briga entre Shoigu e Prigozhin". [Em linha]. Disponível em <<https://ura.news/articles/1036276546>>. [Consultado em 15/05/2023].

Voice of America (VOA) News (2023). West Mulls Designating Russia's Wagner Group as Terrorists. [Em linha]. Disponível em <<https://www.voanews.com/a/west-mulls-designating-russia-s-wagner-group-as-terrorists-/7088702.html>>. [Consultado em 17/05/2023].

Anexos

Anexo I – Gráfico baseado em informações de material confidencial que circulou no *Discord* (Fonte: The Washington Post (2023))



Anexo II- Estátua dos “instrutores” russos e da FACA, na capital, Bangui, da República Centro-Africana



Fonte: Andriukaitis (2021)

